

AS IMPLICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS COMO MECANISMO COLONIZANTE NO CURRÍCULO

Poliana Boone dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/Alegre
polianaboone@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Começamos este texto afiançadas no potencial transformador e emancipador da educação para o indivíduo. Contudo, temos percebido nos últimos anos diversas influências externas na educação escolar que primam pela interferência tanto na gestão quanto nas práticas a serem adotadas pelos professores, para tanto, percebe-se que diversos artifícios são adotados para tal fim.

Temos visto que com a implantação da Base Nacional Comum Curricular acimenta-se o discurso da qualidade na educação em consonância com os diversos documentos que a precederam. Sob o intuito de assegurar um nível comum aos estudantes, pautada no uso das competências e habilidades, a BNCC apresenta como um de seus fins operacionalizar os exames standardizados externos que visam medir a eficiência escolar (MALANCHEN; TRINDADE; JOHAN, 2021). Em razão disso, convém através deste estudo refletir sobre as implicações das avaliações externas como elementos colonizadores para o currículo.

DESENVOLVIMENTO

Em diálogo com Oliveira et al. (2021, p. 76) entendemos que a educação se constitui tanto em um direito individual quanto um bem de caráter público. No entanto, o que se tem percebido é um ataque proposital por mecanismos neoliberais, especialmente através das reformas educacionais.

Compreendemos que as reformas sejam necessárias para o ambiente escolar, uma vez que entende-se as avaliações externas standardizadas como “[...] ferramentas avaliativas desenvolvidas principalmente por órgãos governamentais como forma de balizar políticas, programas, projetos e ações educativas nos âmbitos escolar e comunitário [...] (SOARES et al., 2022, p.03)”.

Contudo, Fernandes (2019) justifica que a incidência das avaliações externas para a formulação de políticas públicas deve-se a um enraizamento de um ideal presente nos diversos setores da sociedade de que essas constituam uma medida da qualidade do ensino, além do que há uma aceitação de seus resultados como conhecimento adquirido. Cabe esclarecer que os resultados das avaliações externas podem ter diversas finalidades, desde a progressão acadêmica à avaliação global de um sistema educacional.

Para efeitos desse trabalho, interessa-nos os efeitos das avaliações externas através das políticas quanto ao currículo. Uma vez que as políticas públicas da educação se apoiam em seus dados para formular a base curricular, bem como na gestão das escolas. Nesse sentido, Legramandi (2019) denuncia que essas políticas neoliberais agem retirando a base humanística, sociológica e filosófica da educação, por meio de estatísticas e dados financeiros que subvertem a educação em serviços ou mercadoria sob a lógica mercantil.

Retomando Fernandes (2019) vemos a ocorrência do estreitamento ou afunilamento do currículo através do ensino direcionado para somente os conteúdos que deverão constar nos exames havendo um tratamento superficial dos demais, fato que acarreta um esvaziamento do currículo.

Por esta ótica, problematizamos junto a Martins (2019), que as escolas ainda se traduzem em um dispositivo colonial ancorado nas bases da eficiência com estruturas controladoras regendo o currículo para alcançar índices. Mignolo (2020) afirma que tal ato se denomina como colonização intelectual, pois os saberes daqueles inferiorizados são silenciados, enquanto os saberes da elite são tidos como superiores. Para além, a retirada ou diminuição de carga horária de conteúdos como história, literatura, geografia afeta principalmente as futuras gerações quanto ao desenvolvimento de sua visão de mundo, uma vez que restringe sua compreensão e análise das contradições do sistema capitalista, a ponto de não se perceberem como classe explorada (MALANCHEN; TRINDADE; JOHAN, 2021).

No que tange ao ensino baseado em competências e habilidades, Masschelein e Simons (2013, p. 46, grifo nosso) contrapõe que “Para nós, o problema é que essa ênfase na empregabilidade ou, em outras palavras, na maximização do potencial produtivo da educação, na verdade, **esvazia os modelos escolares.**”

Ademais, entendemos que essa prática despoja o artístico do fazer pedagógico, pois culpabiliza os professores quanto a baixa de índices das avaliações externas, assim como promove um engessamento do currículo. Entretanto, concordamos com Alves (2013) que a experiência produzida no currículo escolar é parte de algo maior interligando espaços e tempos de formação diversos.

Portanto, defendemos uma postura didática do/da educador/a quanto ao contexto tanto do histórico quanto social das leis e políticas que regem sua profissão para que compreenda quais as intenções e objetivos que influenciam a educação (FELIPE; CUNHA; BRITO, 2021).

CONCLUSÃO

Portanto, nota-se que a formulação de políticas educacionais tem se mostrado uma das ferramentas mais eficazes para implantação desses ideais neoliberais que manipulam o ambiente escolar. O ponto do qual partimos é que as avaliações externas acabam por funcionar como elementos colonizadores do currículo à medida em que promovem a simplificação do currículo despojando o aluno do acesso ao conteúdo. Ademais, a busca pela eficiência nas avaliações externas indica-nos uma tentativa de direcionamento do trabalho docente. Entretanto, concordamos com Ferraço (2017) sobre a importância dos *micromovimentos* que acontecem nos *espaçotempos* das escolas onde a inventividade do corpo docente surgidas das tensões e multiplicidades trazem mudanças e resistência ao contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Currículos e pesquisas com os cotidianos. *In*: CARVALHO, Janete Magalhães; FERRAÇO, Carlos Eduardo (org.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis: DP et alii, 2013.

FELIPE, Eliana da Silva; CUNHA, Emmanuel Ribeiro; BRITO, Ana Rosa Peixoto de. O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de professores no Brasil. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 127-151, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8920>. Acesso em: 14 dez. 2023.

FERNANDES, Domingos. Avaliações externas e aprendizagens dos alunos: uma reflexão crítica. **Linhas Críticas**. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/24579/31813>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Práticas-políticas curriculares cotidianas como possibilidades de resistência aos clichês e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Linhas Críticas**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/19419/17973> Acesso em: 03 jan. 2024.

LEGRAMANDI, Aline Bell. **Formação continuada do professor de língua materna na Olimpíada de Língua Portuguesa: uma perspectiva Decolonial**, 2019, 210f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2158>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MALANCHEN, Julia; TRINDADE Debora Cristine; JOHANN, Rafaela Cristina. Base Nacional Comum Curricular e Reforma Do Ensino Médio em tempos de Pandemia: considerações a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. **Momento: diálogos em educação**. v. 30, n. 01, p. 21-45, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v30i01.13095>. Acesso em 09 jan. 2024

MARTINS, Stephany Pikhardt. **Perspectivas Críticas E De(S)Coloniais De Educação Linguística: Teorizações Construídas Na Formação Inicial De Professoras/Es De Línguas**. 2019, 151 f. (Dissertação Em Educação, Linguagem e Tecnologias). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2019. Disponível em: https://www.btdt.ueg.br/bitstream/tede/954/2/1639654991_dissertaiyeo_-_stephany__versyeo_final_pdf%282%29.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: Uma questão pública**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2013.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon; MOURA, Deborah Gomes; QUADROS, Denise Pinheiro; REBLIN, Juliana da Vitória. A educação pública nos municípios do Espírito Santo e a presença do setor privado: um estudo preliminar. In: DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart; MATOS, Luciane Martins de Oliveira; NASCIMENTO, Rosenerly Pimentel. **Políticas Educacionais e a Privatização: Concepções, ações e tendências na educação pública**. São Paulo: Editora Científica Digital, 2021.

SOARES, Denilson Junio Marques. Análise do indicador de desenvolvimento das escolas estaduais do Espírito Santo. **Educação e Sociedade - Revista de Ciência em Educação Campinas**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tdg67Pr5JbQqzfch7nDHbjv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2024

